



Revista Estudos Feministas

ISSN: 0104-026X

ref@cfh.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Adelman, Miriam

Das margens ao centro?: refletindo sobre a teoria feminista e a sociologia acadêmica

Revista Estudos Feministas, vol. 11, núm. 1, enero-junio, 2003, pp. 284-288

Universidade Federal de Santa Catarina

Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38114351020>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

DAS MARGENS AO CENTRO?: REFLETINDO SOBRE A TEORIA FEMINISTA E A SOCIOLOGIA ACADÊMICA

MIRIAM ADELMAN

Universidade Federal do Paraná

Resumo: Várias décadas de trabalho sob a perspectiva feminista/estudos de gênero nas universidades brasileiras trouxeram inúmeros frutos, dos quais as publicações feministas nacionais fazem parte. Porém, continua sendo difícil o pleno ingresso da nossa perspectiva ao mainstream das ciências sociais. Discuto brevemente algumas das possíveis explicações para tal dificuldade e considero o papel de uma publicação feminista local dentro desse contexto, ou seja, a abertura mais plena das discussões feministas dentro dos cursos e currículos das ciências sociais hoje.

Palavras-chave: teoria feminista, estudos de gênero, publicações feministas, currículo das ciências sociais.

Preocupações feministas e novos currículos para as ciências sociais

Poucos dias atrás, folheando a pasta onde os professores que dão aula no nosso curso tinham deixado os programas das disciplinas a serem ofertadas no próximo semestre, confirmei tristemente, e mais uma vez, as enormes dificuldades que a contribuição feminista tem para ser realmente incorporada ao currículo básico das ciências sociais. Ali estavam os programas, que por um lado mostravam o empenho dos seus autores, colegas meus, que, apesar de todas as bem conhecidas dificuldades de lecionar atualmente em uma universidade federal brasileira, não perdem o entusiasmo e a paixão por seu trabalho. Aliás, ao invés do desânimo, fica evidente que eles – ou nós, melhor dito – colocamos nesses programas uma parte de nós e de nossa visão particular do mundo, querendo também, é claro, conquistar os alunos e despertar neles a paixão para essas idéias, para essa visão do mundo em particular. Mas por outro lado, não pude deixar de perceber a ausência das autoras feministas e da dimensão de gênero nos programas das mais variadas das disciplinas obrigatórias e optativas que constavam no catálogo. O programa da Sociologia da Saúde, por exemplo, não faz menção da perspectiva feminista como uma das vertentes teóricas que atualmente contribuem para pensar sociologicamente questões de saúde e medicina, e o programa de uma disciplina sobre história do esporte só considera “gênero” em um

subitem denominado “esportes e minorias”. Ou, em outras palavras, apesar de quase dez anos de esforços por parte do nosso Núcleo de Estudos de Gênero, de colocar as discussões teóricas trazidas pela teoria feminista dentro do currículo do curso de Ciências Sociais da UFPR, ainda são raríssimas exceções as disciplinas que as incorporam mesmo minimamente. Como Susan Bordo assinala,¹ parece que se continua pensando que “gênero é coisa de especialistas da área”, que as “outras áreas” das ciências sociais, desde a teoria política e a epistemologia das ciências sociais até as “áreas substantivas” da sociologia da saúde, da comunicação ou do esporte, em grande parte se “podem ignorar”.

Como atualmente pesquiso a relação entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea, venho me dedicando bastante à procura de algumas explicações para a situação de aparente impasse que estamos vivendo na incorporação do pensamento feminista ao *mainstream* do pensamento social atual. Minhas estratégias de pesquisa incluem desde a revisão de produção bibliográfica recente e realização de entrevistas mais formais até o registro de dados obtidos nas conversas do cotidiano com colegas e alunos, ou seja, nesse espaço onde o dia-a-dia do nosso trabalho se realiza e as condições que possibilitam o avanço de novas discussões e debates se forjam.

O que venho constatando, em termos gerais, é, por um lado, a persistência de fortes preconceitos em relação à perspectiva de gênero e um desconhecimento geral do trabalho da teoria feminista; mas, por outro lado, há uma crescente demanda de parte das jovens gerações – principalmente, de nossas alunas e alunos da graduação – pelos tipos de discussão que a teoria feminista e outras vertentes atuais, como a teoria pós-moderna e a teoria pós-colonial, nos trazem. Como explicar essa grande resistência institucional à mudança? Quando, em uma entrevista feita recentemente, comentei para uma das minhas informantes as dificuldades que continuamos tendo para a incorporação mais plena da perspectiva feminista no currículo da sociologia, ela sugeriu que o problema poderia ser de certa forma de natureza mais ampla: o meio acadêmico brasileiro parece se caracterizar por um certo conservadorismo, isto é, se formos compará-lo com a Europa, os Estados Unidos (e talvez mesmo com a Índia e outros países ‘fora do centro’). Tal conservadorismo não se restringe à rejeição das perspectivas feministas: estende-se à resistência a uma variedade de perspectivas ‘novas’ como a dos estudos culturais e a teoria pós-colonial, manifestando-se em um exagerado apego ao trabalho dos clássicos e dificuldades gerais para atualizar currículos que foram desenhados muitas décadas atrás.²

No entanto, como várias informantes minhas insistem, é importante reconhecer a boa aceitação dos núcleos de estudos de gênero estabelecidos há tempo nas universidades brasileiras, com todo o trabalho de ensino, pesquisa e publicação que eles realizam. Com certeza, todo o esforço dedicado à criação do ‘espaço próprio’ dos núcleos foi um primeiro passo, a partir do qual foi gerado e transmitido muito conhecimento: processo que deu aos estudos de gênero seu pequeno (ou não tão pequeno) lugar ao sol no âmbito do trabalho acadêmico legítimo. Disso eu não tenho a menor dúvida. Porém, mudar o currículo básico dos cursos – grande tarefa do momento atual – envolve uma série de outros problemas. Para começar, há a falta de conhecimento ou reconhecimento da contribuição feminista por parte de muitos/as sociólogos/as e cientistas políticos/as que atuam nos cursos. Mas há também um problema em relação à constituição das fronteiras disciplinares, pois, se de um ponto de

¹ Bordo, 2000.

² A mesma informante enfatizou que nunca houve uma exclusão das discussões de gênero em relação a áreas temáticas específicas e citou as primeiras discussões sobre mulheres e gênero que se deram no GT de Trabalho na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais como um exemplo da sua boa aceitação.

vista pode ser considerada uma vantagem da teoria feminista seu caráter transdisciplinar, para pessoas com investimentos mais fortes na divisão disciplinar convencional do trabalho acadêmico,³ a inclusão no currículo de ciências sociais de trabalhos de autoras feministas identificadas com outras áreas – como a crítica literária ou a filosofia – pode resultar pouco interessante.

Precisamos também reconsiderar os critérios com os quais os trabalhos ‘canônicos’ foram estabelecidos e mantidos durante tantos anos. Sem dúvida, a formação dos alunos em um curso de graduação em Ciências Sociais exige uma convivência profunda com os labirintos da teoria social ‘clássica’ e bem-conduzida por ela. Mesmo assim, parece-me que qualquer leitura que fazemos hoje dos clássicos implica sempre um diálogo com o momento atual, que começa com a costumeira ‘contextualização histórica’ desses autores mas vai além disso. Nesse sentido, mesmo o trabalho com os autores já confortavelmente inseridos no elenco do cânone abre um espaço para um diálogo com as autoras feministas da atualidade. Por outro lado, pode argumentar-se que a teoria social da segunda metade do século XX foi profundamente transformada pela presença dos ‘novos sujeitos’ cujas vozes se fazem ouvir em todos os campos da prática social, sendo o nosso campo acadêmico um dos mais importantes. No caso da Sociologia, essa transformação se reflete tanto na obra produzida dentro das vertentes mais convencionais – a sociologia como uma ‘(meta)narrativa sobre a modernidade’ – quanto nas perspectivas mais influenciadas pelo pensamento pós-moderno ou pós-estruturalista. Assim, os ‘grandes nomes’ da Sociologia Contemporânea – Alain Touraine,⁴ Anthony Giddens,⁵ Pierre Bourdieu⁶ – dialogam com a perspectiva feminista e incorporam os estudos de gênero na análise sociológica, e sociólogos associados aos estudos culturais, como Stuart Hall⁷ e Michelle Barrett,⁸ trabalham na construção de perspectivas teóricas mais *polifônicas*.

Viabilizando os novos diálogos

Na prática cotidiana do ensino e pesquisa, a procura de novas fontes de leitura torna-se fundamental. A introdução do pensamento feminista no currículo encontra mais um grande obstáculo tanto no problema do acervo restrito da nossa biblioteca quanto nas dificuldades que os alunos de graduação geralmente têm para o trabalho com textos em língua estrangeira. As duas revistas acadêmicas feministas – *Cadernos Pagu* e **Revista Estudos Feministas** – que há tempo divulgam no Brasil trabalhos de autoras nacionais e de teóricas feministas de renome internacional vêm sendo um recurso essencial no difícil trabalho de abertura do cânone para essas novas perspectivas. Em experiência própria recente, uma série de artigos publicados nessas revistas foram absolutamente fundamentais para a bibliografia básica da disciplina de Teoria Feminista que ministrei pela primeira vez em 2002, como optativa no curso de graduação em Ciências Sociais da UFPR; emprego também os artigos publicados nessas revistas para mostrar para nossos/as alunos e alunas que o campo de estudos de gênero no Brasil é dinâmico e fértil, e que é um campo onde eles/elas também

³ Que se manifesta, por exemplo, nos esforços, que eu percebo como exagerados, de enfatizar as ‘diferenças de olhar’ entre a antropologia e a sociologia, duas áreas disciplinares que se complementam e se enriquecem uma a outra e de uma forma até, eu diria, necessária.

⁴ O diálogo de Alain Touraine com a perspectiva feminista ficou evidenciado na entrevista que realizei com ele no XV Congresso Mundial de Sociologia, em 11 de junho de 2002, em Brisbane, Austrália. O texto dessa entrevista ainda está sendo revisado.

⁵ GIDDENS, 1992.

⁶ BOURDIEU, 1999.

⁷ Citado por David MORLEY e Kuan-Hsing CHEN, 1996.

⁸ BARRETT, 1999.

podem se inserir. Mas foi a partir da forma particular como nosso trabalho local se desenvolveu – aliás, em um lugar sem longa tradição de pesquisa na área, onde realmente nosso Núcleo de Estudos de Gênero/UFPR começou com esforços ‘pioneiros’ – que descobrimos que há um papel importante para outro tipo de publicação, exatamente de caráter mais ‘local’.

O projeto do primeiro número do *Caderno de Pesquisa e Debate do Núcleo de Estudos de Gênero/UFPR* resultou de uma primeira viagem ‘coletiva’ para o Encontro Fazendo Gênero IV, no ano 2000, na Universidade Federal de Santa Catarina: o grupo, que incluía professoras de vários departamentos da UFPR e alunos do curso de graduação em Ciências Sociais, decidiu que a realização de uma publicação seria uma boa forma de retribuir o apoio que recebemos do Departamento de Ciências Sociais (que cedeu recursos para a viagem) e ampliar o debate para um público maior dentro da nossa própria comunidade universitária. Foi assim que confeccionamos o primeiro número do *Caderno de Pesquisa e Debate do NEG/UFPR*, que contém um texto da doutora Jean Franco, professora da Columbia University, apresentado no congresso Fazendo Gênero e gentilmente cedido pela autora para nosso uso, junto com textos produzidos por alunos da graduação que participaram daquele evento e fizeram reflexões sobre as conferências e grupos de trabalho a que assistiram. Com a arte da capa sendo realização também de uma participante do grupo, aluna da graduação que é também artista plástica, parece-me que o que se destaca nesse primeiro número é a criatividade de pessoas que estão ainda em fase de formação para pensar as questões de gênero e como estas formam parte das preocupações sociais, culturais e políticas do nosso momento.

Importante ainda ressaltar que começamos nossa publicação na base desse entusiasmo, sem saber de onde poderiam vir os recursos para viabilizar a produção do primeiro número ou dos números subseqüentes. Apostamos em um esforço que poderia estimular o interesse dentro da comunidade universitária, pensando que valeria a pena tentar. Felizmente, obtivemos financiamento através de contribuições do Departamento de Ciências Sociais da UFPR, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, e da Associação de Professores da UFPR, e começamos com uma pequena tiragem de 300 exemplares.

O segundo número, que está atualmente em fase de elaboração, é resultado de um evento de extensão que realizamos em março de 2002: *Corpo, Sujeito e Poder: Representações de Gênero no Cinema*. O projeto do caderno reúne trabalhos de análise crítica feitos por professoras e alunos/as que participaram como comentadoras e debatedores desse evento, que conseguiu reunir um público grande e diverso durante os cinco dias da mostra. Também inclui a tradução do segundo capítulo do livro de Teresa de Lauretis *Alice Doesn't: Feminism, Semiotics and Cinema* (direitos já concedidos pela autora). Obtivemos já o financiamento desse segundo número através do concurso, realizado no mês de novembro de 2002, do Fundo de Desenvolvimento Acadêmico da UFPR. O fato de o nosso projeto ter sido contemplado demonstra, entre outras coisas, o reconhecimento da importância dos nossos esforços na comunidade universitária.

Assim, o *Caderno* vem a constituir um elemento novo na história da nossa coletividade local, o Núcleo de Estudos de Gênero da UFPR, na criação e ampliação de um espaço de discussão sobre relações de gênero e na inserção da teoria feminista no meio acadêmico maior do qual fazemos parte. Enfatizo outra vez sua importância como produção local, pois, como assinalei acima, é nesse trabalho cotidiano nosso que podemos influenciar de forma muito direta os conteúdos dos currículos e podemos aproveitar um momento que me parece muito propício para uma abertura que afetará não só como se pensa mas também como se age na sociedade. Esse trabalho em nível local, que por sua vez depende do apoio – material e moral, que sempre recebemos das nossas colegas e companheiras de outras universidades brasileiras – e do trabalho teórico realizado em outros lugares, leva também seus resultados para fora do espaço mais restrito da nossa universidade. Temos interlocutoras e interlocutores

em outras universidades, faculdades, sindicatos e movimentos sociais de Curitiba e do Paraná; conforme cresça a produção e divulgação do *Caderno*, a rede dessas relações com certeza será fortalecida.

Publicações locais, divulgação de publicações de circulação nacional, mais traduções das autoras feministas do mundo inteiro: tudo faz parte de um trabalho cotidiano inseparável das discussões de sala de aula e reuniões com os colegas onde se discute currículo e se planejam os eventos de extensão, seminários e simpósios que atualizam e dinamizam a formação dos nossos alunos. Se ainda parece que são as obras dos 'grandes homens' que dão a tônica do currículo básico das ciências sociais, os sinais de mudança também começam a aparecer: aparecem no texto sobre Simone de Beauvoir escrito por uma aluna do curso, publicado neste ano no segundo número do jornal do Centro Acadêmico de Ciências Sociais, nas disciplinas antigas como Sociologia Rural que dão um lugar central a discussões sobre gênero no meio rural, na criação de disciplinas novas que incorporam a perspectiva feminista⁹ e nas novas demandas dos/as alunos e alunas que em sala de aula percebem que falta refletir sobre a dimensão de gênero para poder aprofundar as discussões em andamento. Quando são eles/elas que começam a cobrar dos/das professores/as que leiam e incorporem a perspectiva das teóricas feministas – que tanto tem para contribuir para os 'assuntos gerais' que estão sob discussão – podemos então ter a certeza de estar no caminho certo, e de que as mudanças que ainda esperamos não tardarão em vir.

Referências bibliográficas

- BARRETT, Michele. *Imagination in Theory: Culture, Writing, Words and Things*. New York: New York University Press, 1999.
- BORDO, Susan. "A feminista como o outro". *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, p. 10-29, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- MORLEY, David, and CHEN, Kuan-Hsing (eds.). *Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies*. Routledge: London, 1996.

From the Margins to the Center?: Thinking about Feminist Theory and Academic Sociology

Abstract: Several decades of feminist/gender studies in Brazilian universities have been fruitful and productive, and the national feminist publications that are a part of this scenario have played a fundamental role. Nonetheless, we still experience significant difficulties in bringing our feminist perspective into the mainstream of the social sciences. I engage here in a brief discussion of some of the reasons behind these difficulties. I also look at the role of one particular local feminist publication within this context, and what its role could be in furthering the incorporation of feminist discussions into social science programs and curriculum.

Key words: feminist theory, gender studies, feminist publications, curriculum.

⁹ Em reforma curricular recente do curso de graduação em Ciências Sociais da UFPR, foram criadas formalmente as disciplinas optativas de Sociologia das Relações de Gênero e Sociologia da Sexualidade; a disciplina obrigatória de Sociologia Contemporânea, que anteriormente era o quarto e último semestre de Teoria Sociológica básica (segundo a seqüência dos clássicos: um semestre de Durkheim, outro de Weber, e um terceiro, Marx), hoje em dia divide-se em dois semestres, com a perspectiva feminista incluída – se não na ementa, mas de fato – no primeiro. Na Universidade Federal de Santa Catarina, os estudos de gênero estão presentes no currículo do curso de Ciências Sociais também através de disciplinas optativas: desde 1992, a disciplina de Relações de Gênero consta como optativa regular do curso, e outras disciplinas afins – como a de Masculinidades, ofertada em 2000 pela professora Miriam Grossi – costumam ser ofertadas como 'tópicos especiais'.